

FEMINISMO E(M) QUADRINHOS: A IMPORTÂNCIA DAS HQ'S E DO UNIVERSO CINEMATOGRAFICO NA LUTA PELA IGUALDADE DE GÊNERO

FEMINISM IN COMICS: THE IMPORTANCE OF COMICS AND THE CINEMATOGRAPHIC UNIVERSE IN THE STRUGGLE FOR GENDER EQUALITY

ANAYARA FANTINEL PEDROSO

Mestranda em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Pós-graduanda em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Legale (FALEG). Especialista em Execução Criminal e Tribunal do Júri (FALEG) e em Direito Administrativo (Faculdade Focus). Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

ANNA LUÍZA ULHÔA ANDRADE NEVES

Mestranda em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Bacharela em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

RESUMO

O presente estudo busca analisar o contexto de assimetria das relações de gênero a partir dos quadrinhos e do universo cinematográfico. Para isso, aborda-se sobre o feminismo e a respectiva luta feminista enquanto um importante meio para a redução das desigualdades de gêneros e a busca pelo desenvolvimento social. Neste sentido, busca-se questionar qual a importância do universo das HQ's e cinematográfico para essa busca por igualdade. Através de pesquisa bibliográfica, documental e método de abordagem qualitativo, é possível compreender que as HQs podem ser usadas como método de grande destaque para disseminação da ideia de igualdade de gênero desde as fases iniciais da vida. E o fato do público infanto-juvenil conviver com esse tema abre possibilidades para a interpretação social que se espera como adulto, contribuindo para a luta de busca pela igualdade de gênero.

Palavras-chave: Análise Histórica; Feminismo; Histórias em Quadrinhos; Público-Alvo.

ABSTRACT

The present study seeks to analyze the context of asymmetry of gender relations from comics and the cinematographic universe. For this, feminism and the respective feminist struggle are approached as an important means for reducing gender inequality and the search for social development. In this sense, we seek to question the importance of the universe of comics and cinema for this search for equality. Through bibliographic and documentary research and a qualitative approach, it is possible to understand that comics can be used as a prominent method for disseminating the idea of gender equality from the early stages of life. And the fact that the youth audience lives with this theme opens up possibilities for the social interpretation that is expected as an adult, contributing to the fight for the search for gender equality.

Keywords: Historical Analysis, Feminism, Comics, Target Audience.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO; 1 PERSPECTIVAS PARA A BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO; 2 A DESIGUALDADE DE GÊNERO COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA MUDANÇA DESSE PARADIGMA; 3 HQ'S COMO MECANISMO DE INFORMAÇÃO SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO; CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca analisar o contexto de assimetria das relações de gênero a partir dos quadrinhos e do universo cinematográfico da Marvel. Para isso, aborda-se o feminismo e a respectiva luta feminista enquanto um importante meio para a redução das desigualdades de gêneros e a busca pelo desenvolvimento social. Neste sentido, busca-se questionar qual a importância do universo das HQ's e cinematográfico para essa busca por igualdade.

Para responder este questionamento, o estudo é dividido em três etapas. Primeiramente, busca-se realizar uma análise geral acerca da desigualdade de gênero e observar como o feminismo se destaca a partir dela. Neste diapasão, são abordadas as diversas situações (objetivas e subjetivas) que demonstram essas assimetrias sociais e a forma como influenciam na garantia dos direitos das mulheres. É salientado que para buscar uma igualdade efetiva e consagração da justiça social faz-se necessário alterar as concepções patriarcais que infelizmente ainda dominam o pensamento contemporâneo.

Desta forma, a segunda seção parte do pressuposto construído na primeira seção no que diz respeito à desigualdade de gênero tratar-se de uma construção social, situação que demonstra a importância da desconstrução das concepções patriarcais estruturais que ainda predominam nas relações sociais. E para construir algo que está (im)posto durante muitos anos, mister é um trabalho de forma ampla, envolvendo as crianças e adolescentes e, para isso, a educação mostra-se uma importante aliada para a redução das desigualdades de gênero e efetivação dos direitos das mulheres.

A terceira seção deste estudo se destinará a fazer uma análise da contribuição social dos quadrinhos no decorrer dos anos, especialmente no que tange à capacidade de disseminar informações e (re)construção de concepções sociais, especialmente quando relacionadas à igualdade de gênero. Assim, através de pesquisa bibliográfica, documental e método de abordagem qualitativo, é possível compreender que as HQs podem ser usadas como método de grande destaque para disseminação da ideia de igualdade de gênero desde as fases iniciais da vida. E o fato do público infanto-juvenil conviver com esse tema abre possibilidades para a interpretação social que se espera como adulto, contribuindo para a luta de busca pela igualdade de gênero.

1 PERSPECTIVAS PARA A BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO ATRAVÉS DO FEMINISMO

A desigualdade de gênero, ainda hoje, possui um caráter tão naturalizado que se apresenta de inúmeras maneiras diante das mulheres. Por vezes ocorre de modo objetivo, através da diferença salarial, da dupla jornada, da violência doméstica e do assédio; por outras, de modo subjetivo, através do machismo e do patriarcado velado, contribuindo para vários estigmas criados em torno da ideia de sexo frágil e gerando uma dualidade usada para distinção de papéis entre homens e mulheres na sociedade.

A grande dificuldade no combate desse cenário se dá pela presença do autoritarismo patriarcal em todos os meios sociais que a mulher se insere, desde a infância até à vida adulta, o que inclui o ambiente escolar, de trabalho, familiar e nos relacionamentos. Em todos estes contextos são enfrentadas, em medidas semelhantes, as consequências da desigualdade de gênero e a decorrente dificuldade de ocupar um lugar (geralmente com direitos mitigados e privilégios inexistentes) pré-estabelecido pelo gênero.

E é exatamente diante dessa desigualdade entre homens e mulheres e até mesmo da naturalização desta condição construída durante um longo período temporal que a dominação masculina seguiu e ainda segue produzindo seus efeitos na esfera pública e também na esfera privada, de modo que o feminismo, enquanto um movimento tanto político quanto intelectual, busca estabelecer críticas à sociedade pautada na exclusão feminina da vida pública e submissão sob o antro da dominação patriarcalista da esfera privada, de maneira que inúmeras movimentações buscaram quebrar essas correntes patriarcais (MIGUEL, 2015).

Assim, o feminismo, visando a igualdade de gênero, surge em 1970 como oposição a esse cenário de dominação, voltado para a discussão de temas ligados às especificidades do gênero, tornando-se um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão e definição de estratégias para o contexto da época (CRESS, 2014). Proporções que foram ampliadas a partir da década de 90, para um movimento que não mais se limitava à condição da mulher, deixando esse caráter autônomo e passando a tratar de cenários que abrangem a diversidade das mulheres negras, LGBTQIA+, indígena, quilombolas, entre outras.

Não restam dúvidas quanto à dificuldade feminina, ainda atual, de entrada e permanência efetiva no meio socioeconômico a partir dessa situação. Um agravante é o falso processo de progresso, muitas vezes usado como disfarce pela mídia e pelas autoridades. A igualdade formal reconhecida, sem seu reconhecimento material, pouco vale. A implementação de leis teoricamente feitas para benefício da mulher por muitas vezes acaba por não cumprir sua finalidade e mantém a continuidade do desamparo sofrido por elas. Espécie de tal situação é a ausência de impactos significativos da Lei Maria da Penha (11.340/2006), conforme pesquisa do IPEA (2013).

Experiências têm demonstrado repetidamente: sem esforços contínuos para mudar a cultura e a prática institucional, a maior parte das reformas legais e políticas têm pouco efeito, informa o estudo sobre o Impacto da Lei Maria da Penha na Mortalidade de Mulheres por Agressão no Brasil [...]. Essa avaliação demonstrou que, entre 2006 e 2007, período da promulgação da lei, em que foram promovidos debates sobre o tema, houve uma discreta redução dos casos – de 5,18 casos a cada 100 mil, em 2005, para 5,02, em 2006, e 4,74, em 2007. Em 2008, no entanto, quando a lei já estava em vigor, os casos voltaram a subir, 5,07 a cada 100 mil; em 2009, 5,38 (SARRES, 2013).

Isso porque meras alterações e/ou criações legislativas pautadas única e exclusivamente na repressão não são suficientes para acabar com a violência, muito menos para promover a paridade de gênero. Isso porque alterações significativas neste âmbito devem ocorrer através de mudanças na racionalidade patriarcal que ainda permeia a atual conjuntura e é uma das principais responsáveis pelas assimetrias sociais relacionadas ao gênero.

Contudo, é relevante reconhecer o que Biroli (2015) menciona sobre a importância da tipificação do estupro dentro da relação conjugal e da violência doméstica, de forma a demonstrar que a interferência da esfera pública sobre a vida privada faz-se importante para garantir direitos basilares das mulheres que, por vezes, são suprimidos do âmbito das relações domésticas, como o direito à cidadania e à integridade. Neste sentido, pensar sobre esta regulação de forma a democratizar as relações privadas é importante para ampliar os horizontes para a divisão do trabalho e de tarefas baseada nas relações de gênero e, assim, possibilitar uma participação mais efetiva e menos assimétrica das mulheres na vida pública, de forma a renegar o lugar historicamente estabelecido pelo patriarcado.

Sarres (2013) disserta que as situações relacionadas ao preconceito para com as mulheres decorrem, dentre outros fatores, da falta de conhecimento das legislações por parte da população; da

insuficiência das medidas previstas em lei e da forma como elas são aplicadas, muitas vezes demonstrando uma inobservância dos fatores responsáveis por essa condição. O que esboça a maneira como o machismo estrutural ocorre no legislativo, de forma a não atentar para as necessidades femininas e leva a observar como a reivindicação de mulheres na política se faz necessária. Esse cenário mostra a condição feminina ainda representada por lutas históricas diante de desafios atuais.

Motivo pelo qual se faz necessária uma maior participação feminina na vida pública e, especialmente, através da política. Todavia, não basta apenas promover a participação das mulheres a fim de cessar com a (sub)representatividade que é vislumbrada no campo político, mas, sobretudo, buscar a centralidade dos interesses femininos nas pautas políticas, o que significa inserir e proporcionar o crescimento da agenda feminista na política, de forma a superar os óbices que são impostos para a paridade de gênero (MIGUEL, 2015).

É importante destacar também, na atual quadra histórica, o papel central ocupado pelo Estado e pelos meios midiáticos como grandes incentivadores da sociedade patriarcal atual. O Estado, diante de sua omissão, é faltoso em sua responsabilidade de incentivo a igualdade de gênero e de combate a ações que atentem contra ela, contribuindo para a naturalização desse cenário, situação que tem se agravado desde 2018. A mídia, por sua vez, detentora de grande capacidade de propagar informação e conhecimento, opta por incentivar a condição da mulher subalternizada nesse panorama. Dentre outras maneiras, contribuindo para sua depreciação, representando-a majoritariamente como objeto de desejo e não como membro influente. Desta forma, Biroli (2022) destaca:

A naturalização da violência sexista e homofóbica se dá pela omissão do Estado, que tolera essa violência como prática social comum e nada faz para combatê-la, mas também quando esse mesmo Estado garante desigualmente os direitos e pratica a repressão seletiva, baseada em concepções morais antipluralistas e antidemocráticas (BIROLI, 2022, n.p.).

Essas circunstâncias de constante reprodução de violências sexistas e de assimetrias sociais levam a crer que a forma eficaz de resolver essas situações é através de uma mudança na racionalidade patriarcal que ainda é predominante na sociedade. Destarte, acredita-se que a esperança de acabar com essa condição enraizada da desigualdade de gênero está na criação de uma

nova geração dotada de visão crítica e interesse em mudar esse cenário. Meninas dispostas a alterar esse papel e meninos criados para se manifestarem com respeito a esse ideal de igualdade são futuros aliados a essa luta.

Com efeito, uma das formas mais efetivas de alterar a racionalidade patriarcal é através da mudança na criação dos meninos e meninas. Pois, conforme afirma Adiche (2014), a masculinidade que é imposta aos meninos é uma das principais responsáveis pela construção de ego frágil que, por sua vez, relaciona-se diretamente com a necessidade que homens sentem em ser “duros” e “fortes”, de forma a esconder as vulnerabilidades. Enquanto, para as meninas, é imposta uma espécie de ética do cuidado, na qual devem acolher o ego frágil, mesmo que a custo do próprio encolhimento.

E, diante desta situação, é de se presumir que o ego frágil e a necessidade de embrutecimento sentida pelos homens, em decorrência de imposições sociais, torna-se um fator que propicia a violência, especialmente quando relacionada a quem possua algum grau de inferioridade hierárquica, que, por sua vez, também se dá em decorrência das próprias imposições da sociedade. Neste sentido, há uma negociação simbólica de poder, onde os homens tornam-se opressores das mulheres, na maioria das vezes. Ou seja, essas racionalidades que predominam na sociedade são absorvidas pelas crianças e, conseqüentemente, serão postas em prática quando tornarem-se adultos. É exatamente por isso que legislações repressivas não vão resolver o problema estrutural da desigualdade de gênero. É preciso alterar a consciência social.

Diante da necessidade de se construir uma consciência social desde a infância, surgem as HQ's com o poder de promoção de novos espaços de atuação e discussão sobre o tema. Essas formas de expressão, se bem introduzidas, conduzem crianças e adolescentes ao reconhecimento pela busca e importância da igualdade e gênero e de outros temas sociais e humanitários tão relevantes quanto. Partindo deste entendimento, a próxima seção se destinará a analisar a forma como a assimetria em relação ao gênero é construída na sociedade e como a participação das crianças pode propor alterações significativas.

2 A DESIGUALDADE DE GÊNERO COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL E A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA MUDANÇA DESSE PARADIGMA

Partindo do supracitado em relação à forma de criação de meninos e meninas e na necessidade de moldar a consciência social, bem como os comportamentos que possam resultar em propensão para a prática da violência contra a mulher e no aumento das desigualdades de gênero, no ano de 2016 foi publicado o primeiro ato normativo a tratar das especificidades de gênero entre crianças e adolescentes.

A Resolução 180/2016 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente visa “a igualdade de direitos entre meninas e meninos nas políticas públicas de atenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes” (BRASIL, 2016). Em vista disso, esta Resolução – que dispõe, especificamente, sobre temas de abordagens imprescindíveis para a formação do ser social como saúde, educação, esportes, assistência social, discriminação e violência de gênero dentro do contexto infanto-juvenil – ressalta pontos importantes:

Art. 1º Esta resolução dispõe sobre a igualdade de direitos entre meninas e meninos, visando superar as situações que desfavoreçam o pleno desenvolvimento das meninas, bem como as violações e violências que as acometem devido a questões de gênero.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, recomenda-se que:

I - os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes contemplem, em suas diretrizes, posicionamentos, recomendações e ações, mecanismos que assegurem a igualdade de direitos entre meninas e meninos, com prioridade para iniciativas que visam proteger as meninas contra as discriminações, violações e violências de gênero.

II - os órgãos responsáveis pelas políticas públicas das áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, proteção e defesa promovam capacitações para seus quadros funcionais sobre questões de gênero, visando qualificar os serviços ofertados de modo a garantir a igualdade de direitos entre meninas e meninos.

III - as políticas de educação ampliem e aprimorem programas de formação voltados para os profissionais de educação, visando com que o tema da igualdade de direitos entre meninas e meninos e o combate às discriminações de gênero possam configurar nos projetos político-pedagógico das escolas de ensino básico.

IV - as políticas de saúde sexual e reprodutiva de adolescentes sejam concebidas e executadas visando-se a igualdade de direitos e o enfrentamento das discriminações de gênero;

V - os serviços ofertados pelos órgãos integrantes do Poder Judiciário, Ministério Público da União, Ministério Público dos Estados, Defensoria Pública da União,

Defensorias Públicas Estaduais, Advocacia Geral da União, procuradorias gerais dos estados, polícia civil, militar e federal, ouvidorias e conselhos tutelares, sobretudo aqueles voltados para o enfrentamento das violências em geral, e a sexual em especial, contra meninas, sejam concebidos e executados visando-se a igualdade de direitos e o combate às discriminações de gênero (BRASIL, 2016).

Embora se acredite que a desigualdade de gênero seja uma construção social, algo cultural, não biológico, tal percepção leva à crença de que mudanças habituais são necessárias, além de gerar o questionamento do quanto medidas normativas são efetivas se tomadas de maneira isolada. Não se exclui aqui a importância do amparo legal, mas se deixa nítida a necessidade de que atitudes que promovam a igualdade de gênero devam ser tomadas também em outras áreas e circunstâncias.

Por outro lado, pensa-se também que é de suma importância o reconhecimento estatal da necessidade de alteração das construções sociais relacionadas ao gênero e a busca, por meios legislativos não repressivos, de alterar os fatores que tornam as crianças propensas à construção de uma racionalidade patriarcal. Isso porque é evidente que – conforme já demonstrado em vários estudos da seara criminal – a repressão não é efetiva na diminuição dos casos de violência. Na mesma medida que, conforme já mencionado aqui, muitas vezes, essas medidas são insuficientes. O que, por si só, demonstra a necessidade de construção de mecanismos e políticas educacionais capazes de modificar as construções sociais de meninas e meninos pautadas no patriarcado.

Isso porque é através de uma educação direcionada às crianças e adolescentes pautada nas concepções de gênero, que busque dar um direcionamento diferente daquele que é circulado na sociedade através do patriarcado, que se vislumbra a possibilidade de alterações nas concepções sociais acerca da igualdade serem feitos de maneira efetiva. Exatamente por isso que se considera importante que sejam estabelecidas medidas que busquem balizar a educação para a edificação de crianças e adolescentes que reconheçam a necessidade da construção de uma igualdade de gênero. Já que tanto a discriminação quanto a ideia de controle sobre o outro baseado no gênero são construídas à medida que se é submetido a informações e experiências no convívio social e essas concepções são de difíceis mudanças, torna-se mais vantajoso alterar o entendimento infantil ou, ao menos, trazer novas perspectivas de entendimento que sejam diferentes daquelas que, inevitavelmente, vão ter contato na sociedade.

O que ocorre comumente na vida social é que a desigualdade é aplicada desde a infância, mesmo que ainda sem a ideia de controle e superioridade. A distinção entre o que é cor ou

brincadeira de menino e de menina já contribui desde muito cedo para a percepção de que homens e mulheres possuem gostos, qualidades, capacidades, prioridades e papéis distintos perante a sociedade. A liberdade da mulher, desde a de escolha até a física, já é mitigada desde aqui.

Nessa lógica, as brincadeiras que envolvem cuidados domésticos, habilidades culinárias, atenção à família, cuidados estéticos, dentre outras, são associadas à figura feminina, contribuindo, assim, para a construção do estereótipo firmado de que a mulher deve ser responsável pela casa, família, marido e nada mais. Enquanto as brincadeiras que são associadas à figura masculina se relacionam com o embrutecimento subjetivo. De acordo com isso:

As crianças imitam o mundo adulto mesmo desconhecendo a atribuição de valor dada a determinadas ações, profissões, posição social, etc. Elas reproduzem papéis sociais desde muito novinhas por meio de suas brincadeiras. E tal reprodução acontece naturalmente sem ensaios porque, assim como, os adultos são membros da sociedade vigente (OLIVEIRA, 2020, s.p.).

Uma ilustração de como isso pode se tornar algo ainda mais prejudicial, mesmo que sem qualquer lógica, é como os adultos associam brincadeiras à orientação sexual. Aqui, a dicotomia do que é considerado masculino e feminino se confunde com a definição de orientação sexual. Uma criança não faria essa associação sem que fosse ensinada (direta ou indiretamente) a fazê-la. Ainda assim, sendo os adultos os responsáveis por essa percepção, além do incentivo à desigualdade de gênero, geram nas crianças e nos adolescentes a discriminação com base na sexualidade. Nesta perspectiva, ressalta-se a importância que a educação possui em mitigar estes entendimentos machistas que são prejudiciais, tanto para as meninas, quanto para os meninos, e, conseqüentemente, para a sociedade como um todo:

Se a construção de estereótipos é cultural, as práticas de respeito às diferenças também podem ser transmitidas para contribuir com uma sociedade mais livre e plural. A educação tem um papel muito importante para ensinar a respeitar as diferenças e constituir em igualdade (HONORATO, 2017).

Surge a necessidade de mecanismos voltados para redefinir o padrão de comportamento. Contudo, a escola, como ambiente educacional, não pode ser a única responsável pela educação social de crianças e adolescentes. Deve haver uma política estatal que busque também reduzir estas desigualdades e não as ampliar; além disso, deve haver um conhecimento prévio que não se pode esperar que esses jovens reproduzam algo diferente do que se tem contato dentro de casa e nos

ambientes sociais nos quais estão inseridos, especialmente na atual quadra histórica em que inúmeras figuras públicas se utilizam de discursos sexistas para ganhar apoio eleitoral.

E nesse ponto, tanto a família quanto as pessoas mais próximas das crianças e adolescentes podem e devem, por meio de ações e ensinamentos, incentivar uma visão crítica e igualitária no que tange às relações de gênero. O hábito de conversar abertamente, a humanização dos sentimentos, o conhecimento sobre a diversidade, o respeito pelo corpo próprio e alheio, além de noções sociais básicas como racismo e homofobia, além do próprio machismo, tem de estar presentes desde o início da vida (SANCHEZ, 2018). Sendo esta uma responsabilidade conjunta da família, das escolas, dos governantes e da sociedade como um todo. Mesmo que para atingir este escopo seja necessária a criação de legislações que levem em consideração os paradigmas de igualdade e não discriminação nos ambientes de convívio social dos meninos e meninas.

Diante deste quadro, percebe-se a necessidade de introduzir nas concepções das crianças e adolescentes ideias relacionadas à busca pela paridade de gênero. Neste ponto de vista, considera-se a arte enquanto um caminho importante para o florescer do pensamento crítico, o que, aliado à educação que se pautar na busca por valores que diminuam a assimetria de gênero, pode-se denotar que as HQ'S podem ser consideradas enquanto instrumentos importantes para a busca da redução das desigualdades.

As histórias em quadrinhos surgiram no Brasil em 1869 com Angelo Agostini e 'As aventuras de Nhô Quim'. Nessa época, porém, elas eram vistas como literatura de baixa categoria, vítimas de perseguições, preconceitos e criminalizações contra quem as escrevia e consumia. Em 1930, tal cenário foi amenizado com o surgimento da Revista Gibi e a publicação das histórias como a da Família Buscapé, do Pato Donald e de Tico e Teco (que obtiveram grande apoio popular), além do início da reprodução das revistas americana de super-herói, trazendo ao cenário brasileiro o Batman, o Superman, o Capitão América, entre outros (JBC, s.d).

No ano de 1960, os quadrinhos alcançaram a grande mídia, sendo responsáveis por grandes vendas e adquirindo importância na imprensa nacional. Dando espaço cada vez maior, até hoje, para o surgimento de novos autores e para a consagração e reprodução das obras dos mais antigos. Na atual conjuntura, ressalta-se para a presença de alguns quadrinhos que marcaram e ainda marcam época no Brasil:

Entre os autores nacionais destacam-se Mauricio de Sousa (Turma da Mônica), Ziraldo (Menino Maluquinho), Daniel Azulay (Turma do Lambe-Lambe), Gedeone Malagola (Capitão 7), Fábio Moon e Gabriel Bá (10 Pãezinhos) e a trupe de O Pasquim – Laerte, Clauco, Angeli e Henfil entre outros (JBC, s.d.).

Hodiernamente os quadrinhos são detentores de boa reputação e prestígio, sendo usados comumente em vários ambientes e contextos, principalmente educacionais. A propagação e difusão de ideias por meio deles é algo a ser incentivado e cada vez mais reconhecido, possuindo maior aceitação atualmente, sendo usados até mesmo em livros didáticos e como objetos de pesquisas acadêmicas, seja pela popularidade e/ou pelas abordagens importantes que realizam no contexto da crítica social.

O uso das HQ's como incentivo e desenvolvimento do hábito de leitura em crianças e adolescentes é cada vez mais comum. Elas têm sido objeto de entretenimento, com um caráter educacional de grande valia para o público infanto-juvenil. O uso de desenhos atrelado a um discurso direto e de fácil compreensão contribui para o crescimento intelectual e social desse público, sem levá-los a uma situação maçante e de maiores dificuldades. Isso porque “as HQs são exemplos da influência das linguagens na formação de saberes” (MAGALHAES, 2012, n.p.).

Essas formações de saberes protagonizadas pelas HQ's podem ocorrer tanto em adultos quanto em crianças, situação que é de suma importância ser abordada, pois, durante determinado período histórico, as histórias em quadrinhos passaram a ser consideradas eminentemente infantis em decorrência das criminalizações. De modo que, apesar de reconhecer o papel fundamental que desempenham na construção dos indivíduos, não se pode restringir essas histórias às crianças e adolescentes.

Diante dessa impossibilidade de restrição das HQ's ao público infanto-juvenil, muito embora estes sejam parte significativa do público-alvo desse tipo literário, a realidade é que ele é muito mais extenso. A capacidade em abranger e atender qualquer idade mostra, em pesquisas, como o perfil de consumidores desse conteúdo são homens e mulheres de 10 a 40 anos, com os mais variados gostos e preferências (NETO, 2008).

O sucesso das HQ's vai além da mídia impressa. Embora essa seja uma característica positiva dessa literatura devido a seus baixos custos e capacidade de grande alcance devido a sua alta rotatividade, elas vão além. Quem lê quadrinhos, consome. O público dessa arte é fiel e

engajado, mobilizando, assim, várias ações em torno das histórias. Eventos, palestras e encontros voltados para os quadrinhos, são comuns nesse universo.

A transição dos quadrinhos para o universo cinematográfico trouxe consigo a retomada da popularização dos super-heróis. Grande sucesso nos anos 2000, de início enfrentou preconceito dentro do próprio mundo do cinema. Entretanto, tornou-se um dos maiores mercados de entretenimento, e grande exemplo disso é o fato de a maior bilheteria nacional atual ser de um filme de super-herói baseado em HQ's: **Vingadores: Ultimato**.

O universo cinematográfico baseado nos quadrinhos traz consigo o acolhimento e a não segregação desse tipo literário. Os super-heróis, mesmo que longe de ser de maneira plena, traz reflexões sobre representatividade, variedade, diversidade e uma análise crítica sobre a sociedade. E faz isso tudo de maneira leve, divertida e encantadora, além de todo ar de inovação que vem por meio da tecnologia. Neste diapasão, é de extrema importância analisar os quadrinhos enquanto forma de alterar as noções de desigualdade de gênero no contexto social e promover, através do entretenimento, formas de difundir o pensamento crítico e a crítica social, especialmente quando relacionada às questões de gênero, já que o papel da mulher nas HQ's abre espaço para amplas análises de mundos possíveis, como se verá na próxima seção.

3 HQ'S COMO MECANISMO DE INFORMAÇÃO SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO

Inicialmente, a participação das mulheres nas histórias em quadrinhos era limitada a papéis secundários e de baixo destaque ou influência. A representatividade feminina era baseada no subjugamento e na segregação. A ideia de poder masculino era exclusivamente estereotipada e sexista, de modo a reproduzir as assimetrias das relações sociais.

Neste sentido, foram as lutas feministas que deram uma maior relevância aos debates acerca dessa condição de representação feminina, passando a exigir mudanças que desmistificassem a figura da mulher submissa e contestassem os padrões sociais, com o propósito de levantar questionamentos acerca da representação nas HQ's.

Essas mudanças não ficaram apenas no campo da representação, mas também nas destinatárias finais das histórias em quadrinhos, ao passo em que houve uma ressignificação do mercado, onde se estabeleceu a ideia de que mulher também consome e produz. Tal ideia, embora

ainda carente de maior atenção, vem sendo mais disseminada e objetivada com a nova geração e a ajuda da força e das facilidades trazidas com a internet (SANTOS, 2020), ficando demonstrado que:

Com isso, outras abordagens ganharam espaço, assim como temáticas voltadas para o universo feminino. Dessa forma, abrindo espaço para o diálogo e exposição de vivências, como a opressão do patriarcado, a emancipação e sexualidade feminina, a cultura do estupro, a luta política e social, lesbianidade, raça, maternidade e tantos outros temas que abarcam os movimentos feministas ao redor do mundo (SANTOS, 2020, s.p.).

Ademais, há de se falar da crescente (mas ainda defasada) concessão de maiores oportunidades para roteiristas, quadrinistas e ilustradoras, fazendo com que elas – como mulheres – possam dar maior realismo e destaque para as qualidades, dificuldades e necessidades do público feminino. Nelas estão a contribuição para debates sobre sexualidade atrelada à família, ao trabalho e à sociedade como um todo, sob a perspectiva feminina, até então coberta pelo estereótipo machista que as mulheres carregam. As HQ'S, diante disso, podem ser consideradas enquanto forma de expressão das subjetividades dos autores a partir das vivências. Desta forma, o fato de haver mulheres atuando como roteiristas é de suma importância para trazer essas experiências e formas de visualizar o mundo (SILVA, 2011).

Todavia, é de se ressaltar que assim como no âmbito político, conforme demonstra Miguel (2015), não basta única e exclusivamente a representatividade de alguém do gênero feminino no ambiente que até então era/é ocupado única e exclusivamente por homens. Faz-se necessário sair da sub-representação de fato, a ponto de haver uma maior participação feminina engajada com as lutas feministas e, para isso, é importante haver uma consciência das desigualdades sociais, bem como vontade de denunciar e trazer para o mundo das HQ's aquilo que se vivencia enquanto mulher em uma sociedade predominada pelo machismo estrutural.

Essa (sub)representatividade também no mundo dos quadrinhos se relaciona com aquela que se faz presente na vida pública, calcada em estereótipos que abrangem questões sociais dos mais diferentes âmbitos. A ideia de associação da mulher ao lar, as dificuldades trabalhistas enfrentadas, o questionamento acerca das habilidades e a ocultação das verdadeiras opiniões e vontades representam grandes problemas sociais decorrentes de uma realidade histórica extensa e difícil de ser contrariada. Nesse ponto é que se faz necessária a participação das manifestações artísticas (nesse caso, da literatura) na mudança desse contexto.

Dentre os quadrinhos que se propuseram a tratar do universo feminino destaca-se “Mafalda”, que embora tenha sido criada e escrita por Quino, carregando a própria subjetividade enquanto homem, conseguiu trazer – através das inúmeras representações do *ser mulher* na sociedade – inúmeras críticas à construção social de gênero e aos discursos dominantes calcados em um machismo estrutural. Essa representação proposta por Quino através da personagem feminina central, Mafalda, e demais personagens que com ela se relacionarão, coloca no centro da discussão as questões envolvendo as lutas feministas, especialmente aquelas referentes à busca por uma igualdade de gênero e de oportunidades (SILVA, 2011).

Além de “Mafalda”, “Persépolis” também retratou questões relacionadas ao gênero como os problemas enfrentados envolvendo o machismo, religiosidade e demais situações capazes de afetar as mulheres iranianas em um contexto de desigualdade de gênero. É importante salientar também a HQ intitulada “O mundo de Aisha”, baseada em um documentário de Agnes Montanari, que se destinou a fazer abordagens relacionadas à religiosidade, opressão familiar e técnicas simbólicas e reais de silenciamento feminino das mulheres iemenitas (SANTOS, 2020).

Outra HQ que ganhou notoriedade no decorrer dos anos por diversos fatores, mas, especialmente, pelas críticas trazidas foi “A Mulher Maravilha”, que trouxe consigo no início da década de 1940 a quebra de um dos principais estereótipos atrelados as mulheres: a inferioridade da força física. E por mais que ainda contasse com o contexto de beleza padrão da época e um uniforme sexista, entre outras características que a associavam à ideia patriarcal da mulher, deu início a uma mudança na representação feminina e abriu portas para que outras histórias ganhassem força a partir dela. Sua nova versão no filme de 2017 foi novamente um divisor de águas, sendo dirigido por uma mulher e concedendo maior relevância ao empoderamento feminino e ao feminismo.

Outras heroínas vieram aos cinemas a partir da Mulher Maravilha e trouxeram consigo suas peculiaridades: Tempestade e Jean Grey tiveram grande destaque na franquia dos X-Men; Viúva Negra e Feiticeira Escarlata trouxeram toda uma representatividade positiva à figura das mulheres; e a Capitã Marvel, que mesmo diante de um boicote por grupos extremistas movidos pelo patriarcado, foi um sucesso dentro do universo cinematográfico da marvel.

Em 2020, as direções femininas de Aves de Rapina, Eternals e Viúva Negra deram ainda mais esperança acerca da inclusão feminina de maneira igualitária e responsável no mundo dos

super-heróis. A realidade, entretanto, deixa a desejar quando se esbarra com orçamentos menores e disponibilização de menos recursos e planejamentos a essa produção. Fica nítida a necessidade de se continuar na busca por maior representatividade e espaço nos cinemas e na literatura, e por maior apoio das representações artísticas na luta contra a desigualdade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se o caráter histórico e natural com que a desigualdade de gênero se mantém e se transfere, além da maneira como a própria mídia é contribuinte desse cenário. Fica clara a dificuldade em alterar essa perspectiva e a necessidade de que as mudanças referentes alcancem parâmetros estruturais e culturais. E, portanto, a importância de que a reestruturação desse cenário de desigualdade e a resignificação de comportamento sejam feitas desde a infância.

Com a facilidade de acesso e com a maneira em que é usada no incentivo à leitura e na busca pelo conhecimento, as histórias em quadrinhos e seus segmentos se destacam como capazes de ajudar na busca pela minimização da desigualdade de gênero. O universo da HQ's e suas representações no cinema e na televisão detém um histórico de representatividade de minorias e condições subjugadas por outros gêneros artísticos e almeja que contribuam ainda mais nesse cenário.

Toda a importância desse gênero literário na imprensa nacional atrelada a sua capacidade de associar entretenimento à uma ferramenta educacional coloca a sua disposição maior facilidade no que visa a propagação e a difusão de ideias. Além disso, a fidelidade do público envolvido deixa a entender um grande acolhimento e reprodução do que é passado a eles.

Dá-se a esse tipo literário (e consequentemente cinematográfico) grande potencial de influência por ideais igualitários, alcançando, por meio da conscientização e da imersão em cenários mais representativos, papel importante e eficiente na educação social de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Editora Companhia das letras, 2014.

ANIBAL, Ricardo. **A nona arte**. 2001. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/quadrinhos/a-nona-arte.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/igualdade-de-genero-e-empoderamento-de-meninas>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ARAÚJO, Herbert Sousa de; SILVA, Márcia Tavares. **O feminismo nos quadrinhos: uma leitura através de Persépolis**. 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/sinalge/2017/TRABALHO_EV066_MD1_SA17_ID1472_22032017195908.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

BASÍLIO, Ana Luiza. **Como abordar a temática de gênero na primeira infância?** 2016. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/como-abordar-tematica-de-genero-na-primeira-infancia/>. Acesso em: 17 fev. 2022.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015.

BIROLI, Flávia. **Mulheres: lutas históricas e desafios atuais**. 2022. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/artigo-mulheres-lutas-historicas-e-desafios-atuais>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CONANDA - CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Resolução nº 180, de 20 de outubro de 2016. **Igualdade de Direitos Entre Meninas e Meninos.**: Dispõe sobre a igualdade de direitos entre meninas e meninos nas políticas públicas de atenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/234980-igualdade-de-direitos-entre-meninas-e-meninos-dispue-sobre-a-igualdade-de-direitos-entre-meninas-e-meninos-nas-politicas-publicas-de-atenuuo-proteuuo-e-defesa-de-crianuas-e-ado.html>. Acesso em: 17 fev. 2022.

COSTA, Mariana. **Ilustradoras levam debate feminista ao universo da HQ com ajuda da internet**. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/12/08/ilustradoras-levam-debate-feminista-ao-universo-da-hq-com-ajuda-da-internet.htm>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CRESS-MG. **Desafios do feminismo ontem e hoje**. 2014. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/2014/03/07/desafios-do-feminismo-ontem-e-hoje/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

DONNA, Redação. **Mesmo com avanços, causa feminista ainda enfrenta muitas dificuldades.** 2012. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2012/01/mesmo-com-avancos-causa-feminista-ainda-enfrenta-muitas-dificuldades-cjplkbo69001726cn2v5yiey7.html>. Acesso em: 15 mar. 2022.

GIONGO, Fernanda Aparecida. **O feminismo na história em quadrinhos: análise sobre a hq aline.** Análise sobre a HQ Aline. 2016. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1523/1/GIONGO.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

HAAG, Carlos. **A nona arte: pesquisas, arquivo, livro e tese mostram que os quadrinhos ainda mantêm sua importância.** Pesquisas, arquivo, livro e tese mostram que os quadrinhos ainda mantêm sua importância. 2005. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-nona-arte/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

HONORATO, Ludimila. **Crianças que vivem em igualdade de gênero atribuem menos estereótipos.** 2017. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,criancas-que-vivem-em-igualdade-de-genero-atribuem-menos-estereotipos,70001879462>. Acesso em: 17 fev. 2022.

LAUDENIR, Antonio. **O que explica termos tantos filmes de super-herói nos cinemas?** 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/o-que-explica-termos-tantos-filmes-de-super-heroi-nos-cinemas-1.3179281>. Acesso em: 12 abr. 2022.

LIMA, Juliana Domingos de. **Feminismo: origens, conquistas e desafios no século 21.** 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/03/07/Feminismo-origens-conquistas-e-desafios-no-s%C3%A9culo-21>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MAGALHÃES, Altina Costa. **A IMPORTÂNCIA DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO DESENVOLVIMENTO DA LEITURA.** 2012. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-das-historias-em-quadrinhos-no-desenvolvimento-da-leitura/91771>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MIRANDA, Beatriz; OLIVEIRA, Otoniel Lopes de. **Protagonismo feminino nos quadrinhos: representação, feminismo e super-heróis.** 2017. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/anais2ajornada/anais4asjornadas/q_h_cultura/beatriz_miranda_e_otoniello_pes.pdf. Acesso em: 17 abr. 2022.

MUNIZ, Thiago. **5 Motivos que comprovam que os filmes de super-heróis não são “desprezíveis”.** 2019. Disponível em: <https://pipocasclub.com.br/2019/10/24/motivos-filmes-de-super-herois-nao-despreziveis/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

NETO, Guilherme. **Quadrinhos se diversificam e investem em novo público:** distribuição em livrarias, diversificações e presença em eventos não necessariamente ligado a quadrinhos explicam a expansão do público consumidor. Disponível em: <https://www.mundodomarketing.com.br/reportagens/planejamento-estrategico/3479/quadrinhos-se-diversificam-e-investem-em-novo-publico.html>. Acesso em: 20 fev. 2022.

OLIVEIRA, Mariana Silva. **Questão de gênero na escola e a influência da sociedade:** Cultura da infância desde o século XIII, as relações sociais na escola, a influência da sociedade nos gêneros e os procedimentos de pesquisa e análise. 2020. Disponível em: https://monografias.brasile scola.uol.com.br/pedagogia/questao-genero-na-escola-influencia-sociedade.htm#indice_22. Acesso em: 17 fev. 2022.

SANCHEZ, Giovana Romano. **Como educar crianças para um mundo com igualdade de gênero:** Práticas introduzidas na primeira infância promovem uma educação com menos estereótipo e discriminação. 2018. Disponível em: <https://believe.earth/pt-br/como-educar-criancas-para-um-mundo-com-igualdade-de-genero/#:~:text=Outra%20C3%A1rea%20que%20se%20beneficiaria,na%20diminui%C3%A7%C3%A3o%20da%20mortalidade%20infantil..> Acesso em: 15 mar. 2022

SANTOS, Mariana dos. **Confira a voz feminina representada em 7 HQs:** mulheres e quadrinhos. 2020. Disponível em: <https://viventeadante.com/a-voz-feminina-representada-em-7-hqs-mulheres-e-quadrinhos/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SARRES, Carolina. **Desconhecimento e impunidade prejudicam aplicação da Lei da Maria da Penha, mostra Ipea.** 2013. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/09/desconhecimento-e-impunidade-prejudicam-aplicacao-da-lei-da-maria-da-penha>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SILVA, Ana Carolina Souza da. **Palavra, voz e imagem:** a representação feminina em Mafalda, de Quino. 2011.

WEBMASTERHQM. **Quem Lê Quadrinhos, Consome.** 2022. Disponível em: <http://hqmemoria.com/?p=164#.Yo-Qe6jMKyZ>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Recebido em: 28/05/2022 / Aprovado em: 30/06/2022